SUMÁRIO

TÍTULO I
TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

1. DIREITO CONSTITUCIONAL 37

1.1 Natureza 37
1.2 Conceito 38
1.3 Objeto 39
1.4 Fontes de juridicidade 39
1.4.1 Fontes do direito constitucional 42
1.4.1.1 Os costumes constitucionais 43
1.4.2 A criação judicial do direito 44
1.4.2.1 Interpretação 45
1.4.2.2 Integração 48
1.4.3 A doutrina como fonte de produção indireta do direito 49

2. CONSTITUCIONALISMO 51

2.1 Introdução 51
2.2 Constitucionalismo antigo 52
2.2.1 Estado hebreu 53
2.2.2 Grécia 53
2.2.3 Roma 54
2.2.4 Inglaterra 54
2.3 Constitucionalismo clássico 56
2.3.1 Constitucionalismo norte-americano 56
2.3.2 Constitucionalismo francês 57
2.4 Constitucionalismo moderno 59
2.5 Constitucionalismo contemporâneo (neoconstitucionalismo) 59
2.6 Constitucionalismo do futuro 61
2.7 Ciclos constitucionais 62
2.7.1 Ciclos constitucionais do constitucionalismo clássico (1787-1918) 63
2.7.1.1 Constituições revolucionárias setecentistas (1787-1799) 63

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.7.1.2 Constituições napoleônicas (1799-1815) 64
2.7.1.3 Constituições legitimadoras da restauração (1815-1830) 65
2.7.1.4 Constituições liberais (1830-1848) 65
2.7.1.5 Constituições democráticas (1848-1918) 65
2.7.2 Ciclos constitucionais do constitucionalismo moderno (1917-1937) 66
2.7.2.1 Constituições da democracia racionalizada (1919-1937) 67
2.7.2.2 Constituições autoritárias (1919-1937) 67
2.7.3 Ciclos constitucionais do constitucionalismo contemporâneo (a partir de 1945) 68
2.7.3.1 Constituições da democracia social 68
2.7.3.2 Constituições socialistas 68
2.7.3.3 Constituições dos países de "Terceiro Mundo" (ou de países em desenvolvimento) 68

3. PODER CONSTITUINTE 71
3.1 Poder constituinte originário 71
3.1.1 O fenômeno constituinte 72
3.1.2 Natureza 73
3.1.3 Titularidade e exercício 73
3.1.4 Legitimidade 74
3.1.5 Características essenciais 74
3.1.6 Limitações materiais 75
3.2 Poder constituinte decorrente 76
3.2.1 Características 76
3.2.2 Natureza 77
3.2.3 Limitações 77
3.2.3.1 Normas de observância obrigatória 78
3.2.3.2 Classificação dos princípios limitativos 78
3.3 Poder constituinte derivado 81
3.3.1 Poder derivado reformador 81
3.3.1.1 Limitações temporais 81
3.3.1.2 Limitações circunstanciais 81
3.3.1.3 Limitações formais (processuais ou procedimentais) 82
3.3.1.4 Limitações materiais (ou substanciais) 83
3.3.2 Poder derivado revisor 97
3.4 Poder constituinte supranacional 98

4. A CONSTITUIÇÃO 99
4.1 Conceito 99
4.2 Objeto 100
4.3 Elementos 100
4.4 O fundamento da Constituição 101
4.4.1 Concepção sociológica 102
4.4.2 Concepção política 102
4.4.3 Concepção jurídica 104
4.4.4 Concepção normativa 104
4.4.5 Concepção culturalista 105

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.5 A Constituição e o seu papel ... 106
4.5.1 Constituição-lei ... 106
4.5.2 Constituição-fundamento (Constituição-total) ... 106
4.5.3 Constituição-moldura ... 106
4.5.4 Constituição dúctil (Constituição suave) ... 107
4.6 Classificações das Constituições ... 107
4.6.1 Quanto à forma ... 108
4.6.2 Quanto à sistemática ... 108
4.6.3 Quanto à origem ... 109
4.6.4 Quanto ao modo de elaboração ... 110
4.6.5 Quanto à identificação das normas constitucionais (ou "quanto ao conteúdo") ... 110
4.6.6 Quanto à estabilidade ... 111
4.6.7 Quanto à extensão ... 112
4.6.8 Quanto à função (ou estrutura) ... 113
4.6.9 Quanto à dogmática ... 114
4.6.10 Quanto à origem da decretação ... 115
4.6.11 Quanto ao conteúdo ideológico ... 116
4.6.12 Quanto à finalidade ... 117
4.6.13 Quanto à legitimidade do conteúdo constitucional ... 117
4.6.14 Classificação ontológica ... 117
4.7 Classificação da Constituição de 1988 ... 118

5. CLASSIFICAÇÕES DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS ... 121
5.1 Esclarecimentos preliminares ... 121
5.2 Classificações quanto à eficácia ... 122
5.2.1 Classificação proposta por José Afonso da Silva ... 123
5.2.1.1 Normas constitucionais de eficácia plena ... 123
5.2.1.2 Normas constitucionais de eficácia contida ... 124
5.2.1.3 Normas constitucionais de eficácia limitada ... 125
5.2.2 Classificação proposta por Maria Helena Diniz ... 128
5.2.3 Classificação proposta por Celso Bastos e Carlos Ayres Brito ... 129
5.2.4 Classificação proposta por Thomas Cooley ... 129
5.2.5 Classificação proposta por Pontes de Miranda ... 130
5.2.6 Classificação proposta por Caetano Azzariti ... 130
5.2.7 Normas constitucionais de eficácia exaurida ... 130
5.2.8 Classificação quanto ao conteúdo ... 131

6. CONFLITO ENTRE NORMAS CONSTITUCIONAIS ... 133
6.1 Introdução ... 133
6.2 Critérios de distinção entre princípios e regras ... 134
6.2.1 Abstratividade (ou generalidade) ... 134
6.2.2 Grau de determinação ... 135
6.2.3 Distinção qualitativa ... 136
6.2.4 Distinção lógica ... 137
6.2.5 Proposta conceitual feita por Humberto Ávila ... 139

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.3 Antinomia jurídica própria 140
6.3.1 Conflito entre regras 141
6.3.2 Conflito entre princípios 141
6.3.3 Conflito entre princípios e regras 142
6.4 Antinomia jurídica imprópria 144
6.4.1 Ponderação 145
6.4.1.1 Estrutura da ponderação 145
6.4.2 A teoria da argumentação 146

7. NORMAS CONSTITUCIONAIS NO TEMPO 149
7.1 Introdução 149
7.2 Revogação 149
7.3 Teoria da desconstitucionalização 151
7.4 Recepção 151
7.5 Repristinação 152
7.6 Mutação constitucional 154
7.7 Constitucionalidade superveniente 155

8. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL 157
8.1 Evolução histórica da interpretação da Constituição 157
8.2 Métodos de interpretação constitucional 160
8.2.1 Método hermenêutico clássico (ou método jurídico) 161
8.2.2 Método científico-espiritual 162
8.2.3 Método tópico-problemático 162
8.2.4 Método hermenêutico-concretizador 164
8.2.5 Método normativo-estruturante 165
8.2.6 Breves reflexões sobre a utilização dos métodos 168
8.3 Os sujeitos da interpretação constitucional: a "sociedade aberta" de intérpretes ("método concretista da constituição aberta") 170
8.4 A interpretação constitucional no debate norte-americano 172
8.4.1 Interpretativismo 172
8.4.2 Não interpretativismo 174
8.4.3 Teoria do "reforço da democracia" (John Hart Ely) 174
8.4.4 Minimalismo e maximalismo 176
8.4.5 Pragmatismo 178
8.4.6 A leitura moral da Constituição 181
8.4.6.1 Limites impostos à leitura moral 184
8.5 Princípios instrumentais (princípios hermenêuticos ou postulados normativos) ... 186
8.5.1 Princípios instrumentais de interpretação das leis 187
8.5.1.1 Princípio da supremacia 187
8.5.1.2 Princípio de presunção de constitucionalidade das leis 188
8.5.1.3 Princípio da interpretação conforme a Constituição 189
8.5.2 Princípios instrumentais de interpretação da Constituição 191
8.5.2.1 Princípio da unidade da Constituição 191
8.5.2.2 Princípio do efeito integrador 192
8.5.2.3 Princípio da concordância prática (ou harmonização) 193

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

8.5.2.4 Princípio da convivência das liberdades públicas (ou relatividade) ... 193
8.5.2.5 Princípio da força normativa ... 194
8.5.2.6 Princípio da máxima efetividade ... 194
8.5.2.7 Princípio da conformidade funcional (exatidão funcional, correção funcional ou "justeza") ... 195
8.6 Proporcionalidade e razoabilidade ... 196
8.6.1 Máximas parciais ... 197
8.6.2 Proibição de insuficiência (ou "proibição por defeito") ... 198
8.6.3 Distinção entre proporcionalidade e razoabilidade ... 198
8.7 Preâmbulo ... 199
8.8 Integração da Constituição ... 200

9. DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ... 203
9.1 Pós-positivismo ... 203
9.1.1 O pós-positivismo como método para o estudo do direito ... 204
9.1.2 O pós-positivismo ético ... 206
9.1.3 O pós-positivismo teórico ... 206
9.2 Os valores e os princípios ... 208
9.3 Os princípios e as regras ... 209
9.3.1 Critérios de distinção entre princípios e regras ... 211
9.3.1.1 Abstratividade (ou generalidade) ... 211
9.3.1.2 Grau de determinação ... 212
9.3.1.3 Distinção qualitativa ... 213
9.3.1.4 Distinção lógica ... 214
9.3.1.5 Proposta conceitual feita por Humberto Ávila ... 216
9.4 Os princípios constitucionais e suas funções ... 217
9.4.1 Função construtiva (ou *normogenética*) ... 217
9.4.2 Função interpretativa ... 218
9.4.3 Função integrativa ... 219
9.4.4 Função sistêmica ... 219
9.4.5 Função limitativa (ou negativa) ... 219
9.4.6 Função positiva ... 220
9.5 Princípios sistêmicos e extrassistêmicos ... 220
9.6 Classificação dos princípios Constitucionais ... 221
9.7 A importância das regras ... 223
Questões – Título I – Teoria da constituição ... 226
Gabarito ... 229

TÍTULO II
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

10. A HIERARQUIA DE NORMAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO ... 233
10.1 Critérios propostos ... 233
10.2 Hierarquia de normas no âmbito federal ... 235

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

10.3 Hierarquia de normas no âmbito estadual 237
10.4 Hierarquia de normas no âmbito municipal 238
10.5 Hierarquia de normas no âmbito do Distrito Federal 238
10.6 Conflito entre leis complementares e leis ordinárias 239
10.7 Conflito entre leis federais, estaduais e municipais 240
10.8 Conflito entre normas gerais e normas específicas 241
10.8.1 Leis complementares que veiculam normas gerais 243

11. TEORIA GERAL DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 245

11.1 A supremacia da Constituição 245
11.2 Parâmetro para o controle de constitucionalidade 246
11.2.1 Bloco de constitucionalidade 247
11.3 Natureza da lei inconstitucional 247
11.4 Formas de inconstitucionalidade 249
11.4.1 Quanto ao tipo de conduta 249
11.4.2 Quanto à norma constitucional ofendida 250
11.4.3 Quanto à extensão 250
11.4.4 Quanto ao momento 250
11.4.5 Quanto ao prisma de apuração 251
11.4.6 Quadro 252
11.5 Formas de controle de constitucionalidade 252
11.5.1 Quanto ao momento 253
11.5.2 Quanto à natureza do órgão 256
11.5.3 Quanto à finalidade do controle 256
11.5.4 Quanto ao tipo de pretensão deduzida em juízo 259
11.5.5 Quanto à competência 260
11.5.6 Quadro – formas de controle de constitucionalidade 261
11.6 Formas de declaração da inconstitucionalidade pelo Poder Judiciário 262
11.6.1 Quanto ao aspecto subjetivo 262
11.6.2 Quanto ao aspecto objetivo 264
11.6.2.1 *Binding effect* 266
11.6.3 Quanto ao aspecto temporal 266
11.6.3.1 Inconstitucionalidade progressiva 267
11.6.3.2 Efeito repristinatório 268
11.6.4 Quanto à extensão 269
11.6.4.1 Declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto 269
11.6.4.2 Declaração de inconstitucionalidade com redução de texto 270
11.6.5 Classificação das sentenças de inconstitucionalidade 271

12. CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE 275

12.1 O exercício do controle jurisdicional difuso 275
12.2 A tendência de "abstrativização" do controle concreto 277
12.3 Incidente de inconstitucionalidade no âmbito dos tribunais 281
12.3.1 Cláusula da reserva de plenário 282
12.3.1.1 Súmula Vinculante 10 284
12.4 Suspensão da execução da lei pelo senado 286
12.5 A ação civil pública como instrumento de controle de constitucionalidade 288

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

13. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 289
13.1 Controle concentrado-abstrato 289
13.2 Alguns aspectos comuns entre a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade 290
13.3 Legitimidade ativa 292
13.4 Parâmetro 294
13.5 Objeto 295
13.5.1 Natureza 295
13.5.1.1 Medidas provisórias 298
13.5.1.2 Atos *interna corporis* 299
13.5.2 Limitação temporal 300
13.5.3 Limitação espacial 301
13.6 Procurador-Geral da República 301
13.7 Advogado-Geral da União 302
13.8 *Amicus curiae* 303
13.9 Procedimento 305
13.10 Medida cautelar 305
13.11 Decisão de mérito 306

14. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 309
14.1 Introdução 309
14.2 Legitimidade 309
14.3 Parâmetro 310
14.4 Hipóteses de cabimento 311
14.4.1 Arguição autônoma 311
14.4.2 Arguição incidental 311
14.5 Objeto 313
14.6 Caráter subsidiário 314
14.7 Medida liminar 315
14.8 Decisão de mérito 315

15. ANÁLISE COMPARATIVA DAS AÇÕES DE CONTROLE CONCENTRADO-ABSTRATO (ADI, ADC E ADPF) 317
15.1 Competência 317
15.2 Parâmetro 317
15.3 Objeto 318
15.4 Legitimidade ativa 318
15.5 Procurador-Geral da República 319
15.6 Advogado-Geral da União 319
15.7 Medida cautelar 319
15.8 Decisão de mérito 320
15.9 Quadro – controle concentrado 320

16. INSTRUMENTOS DE CONTROLE DAS OMISSÕES INCONSTITUCIONAIS 323
16.1 Introdução 323
16.2 Parâmetro 324
16.3 Objeto 325

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

16.4 Legitimidade ativa 326
16.5 Legitimidade passiva 328
16.6 Competência 328
16.7 Procedimento 329
16.8 Efeitos da decisão 330

17. CONTROLE CONCENTRADO-ABSTRATO NO ÂMBITO ESTADUAL 335

17.1 A representação de inconstitucionalidade (ação direta de inconstitucionalidade) 335
17.1.1 Competência 335
17.1.2 Legitimidade ativa 336
17.1.3 Parâmetro 336
17.1.4 Objeto 338
17.1.5 Efeitos da decisão 338
17.1.6 Criação de outras ações de controle concentrado-abstrato no âmbito estadual 339

18. REPRESENTAÇÃO INTERVENTIVA 341

18.1 Controle concentrado-concreto 341
18.2 Representação interventiva federal 342
18.3 Representação interventiva estadual 343
Questões – Título II – Controle de constitucionalidade 345
Gabarito 351

TÍTULO III
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

19. DOS PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES 355

19.1 Definição 355
19.2 Princípio republicano 356
19.3 Princípio federativo 356
19.3.1 Princípio da indissolubilidade do pacto federativo 356
19.4 Do estado de direito ao estado constitucional democrático 357
19.4.1 Estado de direito (estado liberal) 357
19.4.1.1 The rule of law 359
19.4.1.2 Rechtsstaat 359
19.4.1.3 L'État légal e L'État du Droit 360
19.4.1.4 Always under Law 361
19.4.2 Estado social 362
19.4.3 Estado constitucional democrático (Estado democrático de direito) 363
19.5 Princípio da separação dos Poderes 365

20. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS 369

20.1 Fundamentos 369
20.1.1 Soberania 369
20.1.2 Cidadania 371

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

20.1.3 Dignidade da pessoa humana 371
20.1.4 Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa 374
20.1.5 Pluralismo político 375
20.2 Objetivos fundamentais 377
20.3 Princípios que regem o Brasil em suas relações internacionais 378
Questões – Título III – Princípios fundamentais 379
Gabarito 380

TÍTULO IV
DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

21. TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 383
21.1 Esclarecimentos preliminares 383
21.2 Natureza 384
21.3 Classificação 385
21.4 Caracteres 386
21.5 Os direitos fundamentais e suas dimensões (gerações) 387
21.5.1 Direitos fundamentais de primeira dimensão 387
21.5.2 Direitos fundamentais de segunda dimensão 388
21.5.3 Direitos fundamentais de terceira dimensão 388
21.5.4 Direitos fundamentais de quarta dimensão 389
21.6 Direitos e garantias dos direitos 389
21.7 Dos deveres fundamentais 390
21.8 A eficácia horizontal dos direitos fundamentais 391
21.8.1 Teoria da ineficácia horizontal (doutrina da *state action*) 391
21.8.2 Teoria da eficácia horizontal indireta 392
21.8.3 Teoria da eficácia horizontal direta 393
21.9 Fundamentação objetiva e fundamentação subjetiva 394
21.10 Conteúdo essencial 394
21.10.1 Suporte fático 395
21.10.1.1 Suporte fático restrito 396
21.10.1.2 Suporte fático amplo 397
21.11 Limitações aos direitos fundamentais 398
21.11.1 Teoria interna 398
21.11.1.1 Limites imanentes 399
21.11.2 Teoria externa 401
21.12 Os limites dos limites 402
21.13 Concorrência e colisão 406
21.14 A dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais 408

22. DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS 411
22.1 Classificação constitucional 411
22.2 Direitos individuais 412
22.3 Direitos coletivos 412
22.4 Destinatários dos direitos individuais 412
22.5 Destinatários dos deveres: eficácia vertical e horizontal 414
22.6 Eficácia e aplicabilidade 417

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

22.7 Tratados internacionais de direitos humanos 418
22.7.1 Os tratados internacionais de direitos humanos e as cláusulas pétreas 420
22.7.2 Quadro – Posição hierárquica dos tratados internacionais 420
22.8 Tribunal Penal internacional 421
22.8.1 Princípios 421
22.8.2 Aspectos polêmicos 422
22.8.2.1 Entrega de nacionais 422
22.8.2.2 Pena de caráter perpétuo 423
22.8.2.3 Imprescritibilidade 424

23. DOS DIREITOS INDIVIDUAIS EM ESPÉCIE 427

23.1 dos direitos individuais 427
23.2 Direito à vida 427
23.2.1 Início da vida humana 428
23.2.2 Aborto 430
23.2.3 Eutanásia e conceitos afins 432
23.3 Princípio da isonomia 435
23.3.1 Igualdade formal e material 435
23.3.2 Ações afirmativas 436
23.3.3 Critérios de admissão em concursos públicos 440
23.3.4 Eficácia vertical e horizontal 440
23.3.5 Igualdade entre homens e mulheres 441
23.4 Direitos ligados à liberdade 442
23.4.1 Liberdade de manifestação do pensamento 442
23.4.2 Liberdade de consciência, de crença e de culto 443
23.4.2.1 A laicidade do Estado brasileiro 444
23.4.2.2 Escusa de consciência 445
23.4.2.3 A recusa de transfusão de sangue pelas Testemunhas de Jeová 446
23.4.2.4 Colocação de símbolos religiosos em locais públicos 448
23.4.2.5 Feriados religiosos 449
23.4.2.6 Ensino religioso 449
23.4.2.7 Parâmetros argumentativos e critérios para a ponderação 450
23.4.3 Liberdade e privacidade 451
23.4.3.1 Direito à privacidade e liberdade de informação: critérios de ponderação 454
23.4.3.2 "Gravação clandestina", "interceptação" e "quebra de sigilo": distinção 455
23.4.3.3 Inviolabilidade da comunicação pessoal 458
23.4.3.4 Inviolabilidade do domicílio 463
23.4.4 Liberdade de informação 465
23.4.5 Liberdade de locomoção 466
23.4.6 Liberdade de reunião e associação 466
23.4.7 Liberdade de profissão 468
23.5 Direito de propriedade 469
23.5.1 Regime jurídico 469
23.5.2 Função social 469

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

23.5.3 Limitações 470
23.5.3.1 Requisição 471
23.5.3.2 Desapropriação 471
23.5.3.3 Confisco 473
23.5.3.4 Usucapião 473

24. GARANTIAS INDIVIDUAIS 475
24.1 Definição de garantia 475
24.2 Princípio da legalidade 475
24.2.1 Princípio da reserva legal 476
24.3 Princípio da não retroatividade das leis 477
24.3.1 Direito adquirido 479
24.3.2 Ato jurídico perfeito 480
24.3.3 Coisa julgada 481
24.3.3.1 Coisa julgada inconstitucional 481
24.4 Presunção de não culpabilidade 484
24.5 Garantias constitucionais relativas à prisão 487
24.5.1 Espécies de prisão 488
24.5.1.1 Prisão extrapenal 488
24.5.1.2 Prisão cautelar 492
24.6 Direito ao silêncio 495

25. PRINCÍPIOS PROCESSUAIS 499
25.1 Princípio do devido processo legal 499
25.1.1 Devido processo legal em sentido formal (*procedural due process*) 499
25.1.2 Devido processo legal substantivo (*substantive due process*) 500
25.2 Princípios do contraditório e da ampla defesa 500
25.3 Princípio do juiz natural 503
25.4 Princípio da inafastabilidade da apreciação jurisdicional 504
25.5 Princípio da razoável duração do processo 506
25.6 Inadmissibilidade de provas ilícitas 507

26. AÇÕES CONSTITUCIONAIS 511
26.1 *Habeas corpus* 511
26.1.1 Modalidades 511
26.1.2 Legitimidade 512
26.1.3 Objeto e objetivo 512
26.1.4 Considerações finais 513
26.2 Mandado de segurança 513
26.2.1 Modalidades 514
26.2.2 Legitimidade 514
26.2.3 Objeto e objetivo 515
26.2.4 Cabimento residual 515
26.2.5 Ato de autoridade 516
26.2.6 Prazo para impetração 517
26.2.7 Liminar e decisão de mérito 517

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

26.3 Mandado de injunção 518
26.3.1 Legitimidade 518
26.3.2 Objeto e objetivo 519
26.3.3 Competência 519
26.3.4 Tipos de provimento 519
26.4 *Habeas data* 520
26.4.1 Legitimidade 520
26.4.2 Objeto e objetivo 521
26.5 Ação popular 521
26.5.1 Legitimidade ativa 521
26.5.2 Legitimidade passiva 522
26.5.3 Objeto e objetivo 522
26.5.4 Competência 523
26.5.5 Decisão 523

27. DOS DIREITOS SOCIAIS 525

27.1 Introdução 525
27.2 A efetividade dos direitos sociais 526
27.2.1 A adjudicação de direitos sociais 526
27.2.1.1 Críticas à judicialização 526
27.2.1.2 Argumentos favoráveis à judicialização 527
27.2.2 Princípio da máxima efetividade 528
27.3 "Reserva do possível" 529
27.4 "Mínimo existencial" 532
27.5 A "vedação de retrocesso social" 533
27.6 Direitos sociais em espécie 535
27.6.1. Direito à moradia 535
27.6.2 Direitos individuais dos trabalhadores 536
27.6.3 Direitos coletivos dos trabalhadores 541
27.6.4 Direito de greve 544
27.6.5 Participação em colegiados de órgãos públicos 546

28. DOS DIREITOS DE NACIONALIDADE 549

28.1 Conceito 549
28.2 Espécies de nacionalidade 549
28.2.1 Nacionalidade primária (originária ou atribuída) 550
28.2.1.1 Critério territorial 550
28.2.1.2 Critério sanguíneo 551
28.2.2 Nacionalidade secundária (derivada, adquirida ou de eleição) 552
28.2.2.1 Naturalização tácita (grande naturalização ou naturalização coletiva) 552
28.2.2.2 Naturalização expressa 552
28.2.3 Quadro – Espécies de nacionalidade 554
28.3 Quase nacionalidade 554
28.4 Diferenças de tratamento entre brasileiro nato e naturalizado 555
28.4.1 Cargos privativos 555
28.4.2 Assentos no conselho da república 555

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

28.4.3 Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão 556
28.4.4 Extradição 556
28.4.4.1 Crimes políticos e de opinião 557
28.4.4.2 Sistema da contenciosidade limitada 558
28.4.4.3 Princípio da especialidade 558
28.4.4.4 Princípio da dupla punibilidade 558
28.4.4.5 Direitos humanos e comutação da pena 559
28.4.4.6 Retroatividade dos tratados de extradição 559
28.4.5 Quadro – Diferenças de tratamento 559
28.5 Perda do direito de nacionalidade 560

29. DOS DIREITOS POLÍTICOS 561
29.1 Introdução 561
29.2 Espécies 562
29.2.1 Direitos políticos positivos 562
29.2.1.1 Direito de sufrágio 562
29.2.1.2 Alistabilidade 563
29.2.1.3 Elegibilidade 565
29.2.2 Direitos políticos negativos 567
29.2.2.1 Inelegibilidades 567
29.2.2.2 Perda ou suspensão dos direitos políticos 572
29.2.3 Quadro – Espécies de direitos políticos 574
29.3 Sistemas eleitorais 575
29.3.1 Sistema majoritário 575
29.3.2 Sistema proporcional 575
29.3.3 Sistema misto 576
29.4 Princípio da anterioridade eleitoral 576
29.5 Dos partidos políticos 577
29.5.1 Verticalização 578
29.5.2 Fidelidade partidária 578
Questões – Título IV – Direitos e garantias fundamentais 580
Gabarito 587

TÍTULO V
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

30. A FEDERAÇÃO BRASILEIRA 591
30.1 Breve histórico 591
30.2 Centralização e descentralização 592
30.3 Características essenciais 592
30.3.1 Quadro – Estado Federal 593
30.4 Soberania e autonomia 593
30.5 Tipos de federalismo 594
30.5.1 Quanto ao surgimento 594
30.5.2 Quanto à repartição de competências 594
30.5.3 Quanto à concentração do poder 595
30.5.4 Quanto às características dominantes do modelo 595

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

30.5.5 Quadro – Tipos de federalismo 597
30.6 Repartição de competências 597
30.6.1 Campos específicos de competência legislativa e administrativa 598
30.6.2 Possibilidade de delegação 599
30.6.3 Competências administrativas comuns 599
30.6.4 Competências legislativas concorrentes 600
30.6.4.1 Critérios para definição das "normas gerais" 601
30.6.5 Quadro – Repartição de competências 602
30.7 Organização político-administrativa 602

31. DA UNIÃO 605

31.1 Posição da União na federação brasileira 605
31.2 Competências 605
31.2.1 Competências legislativas exclusivas 606
31.2.2 Competências legislativas privativas 606
31.2.3 Competências legislativas concorrentes 606
31.2.4 Competência legislativa para estabelecer diretrizes gerais 607
31.2.5 Competências administrativas 607
31.2.6 Competência tributária da União 607
31.3 Leis nacionais e leis federais 607
31.4 Bens da União 608
31.5 Intervenção federal 608
31.5.1 Quadro – Espécies de intervenção 609

32. DOS ESTADOS FEDERADOS 611

32.1 Autonomia dos estados federados 611
32.2 Auto-organização 611
32.3 Autolegislação 613
32.4 Autogoverno 614
32.4.1 Do poder legislativo 615
32.4.1.1 Das garantias do poder legislativo estadual 616
32.4.1.2 Dos subsídios dos deputados estaduais 616
32.4.2 Do poder executivo 617
32.4.2.1 Competência para julgamento dos governadores dos estados 618
32.4.2.2 Da perda do mandato 619
32.4.2.3 Da remuneração 619
32.5 Autoadministração 619
32.6 Regiões metropolitanas 620
32.7 Dos bens dos Estados 621
32.8 Iniciativa popular no âmbito estadual 622

33. DOS MUNICÍPIOS 625

33.1 O Município como ente federativo 625
33.2 Auto-organização 626
33.2.1 Quadros – Hierarquia de normas no âmbito municipal 626
ımposição das Câmaras Municipais 627

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

33.2.3 Vereadores 627
33.2.4 Prefeitos 628
33.3 Autolegislação 629
33.4 Autogoverno 630
33.5 Autoadministração 630
33.6 Fiscalização orçamentária e financeira 630

34. DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS 631
34.1 Distrito Federal 631
34.1.1 Natureza jurídica 631
34.1.2 Competências 633
34.1.3 Auto-organização 633
34.1.3.1 Quadro – Hierarquia de normas no âmbito do Distrito Federal 634
34.1.4 Autolegislação 634
34.1.5 Autogoverno 634
34.1.6 Autoadministração 634
34.1.7 Competências tributárias 634
34.2 Territórios 635
34.3 Quadro – Autonomias atribuídas aos entes federativos 636
Questões – Título V – Organização do Estado brasileiro 637
Gabarito 640

TÍTULO VI
ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

35. DO PODER LEGISLATIVO 643
35.1 Estrutura 643
35.2 Funções 644
35.2.1 Quadro comparativo de competências 645
35.3 Deputados e senadores 645
35.4 Atribuições do Congresso Nacional 646
35.5 Sessões legislativas 647
35.6 Mesas diretoras 647
35.7 Comissões parlamentares 648
35.7.1 Classificações 648
35.7.2 Comissão representativa do congresso nacional 648
35.7.3 Comissão parlamentar de inquérito 648
35.7.3.1 Requisitos 649
35.7.3.2 Poderes e limites 651
35.7.3.4 Quadro – CPI 656
35.7.3.5 CPI no âmbito estadual 656
35.7.3.6 CPI no âmbito municipal 657
35.8 Estatuto dos congressistas 658
35.8.1 Imunidade material (inviolabilidade) 658
35.8.2 Imunidade formal 660
35.8.3 Prerrogativa de foro 661
35.8.4 Incompatibilidades e perda de mandato 662

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

35.8.5 Âmbito estadual e distrital 664
35.8.6 Âmbito municipal 666
35.9 Quadro – Competências 667

36. DO PROCESSO LEGISLATIVO 669
36.1 Introdução 669
36.2 Espécies de processo legislativo 670
36.3 Processo legislativo ordinário 670
36.3.1 Fase introdutória 670
36.3.1.1 Iniciativa 671
36.3.1.2 Vício de iniciativa e sanção 672
36.3.2 Fase constitutiva 672
36.3.2.1 Discussão 672
36.3.2.2 Votação 672
36.3.2.3 Aprovação 674
36.3.2.4 Sanção 675
36.3.2.5 Veto 675
36.3.3 Fase complementar 676
36.3.3.1 Promulgação 676
36.3.3.2 Publicação 676
36.3.4 Quadro – Processo legislativo ordinário 677
36.4 Processo legislativo sumário 677
36.5 Processos legislativos especiais 678
36.5.1 Emendas à Constituição 678
36.5.2 Leis complementares 679
36.5.3 Medidas provisórias 679
36.5.3.1 Prazo de vigência 680
36.5.3.2 Regime de urgência 681
36.5.3.3 Trâmite 682
36.5.3.4 Conversão em lei 682
36.5.3.5 Rejeição 683
36.5.3.6 Revogação 683
36.5.3.7 Limitações materiais 683
36.5.3.8 Medida provisória nos Estados e Municípios 685
36.5.3.9 Controle de constitucionalidade das medidas provisórias 686
36.5.4 Leis delegadas 687
36.5.4.1 Processo legislativo 687
36.5.4.2 Sustação 688
36.5.4.3 Limitações materiais 688
36.5.5 Decreto legislativo 689
36.5.6 Resoluções 689
36.5.7 Quadro comparativo – Processo legislativo 690

37. DO TRIBUNAL DE CONTAS 691
37.1 Introdução 691
37.2 Composição do Tribunal de Contas da União 692
37.3 Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União 693
37.4 Tribunais de Contas dos Estados, Distrito Federal e Municípios 693
37.5 Função e competências 694
37.5.1 Competência fiscalizadora 695

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

37.5.2 Competência judicante ... 696
37.5.3 Competência sancionatória ... 696
37.5.4 Competência consultiva ... 697
37.5.5 Competência informativa ... 697
37.5.6 Competência corretiva ... 697

38. DO PODER EXECUTIVO ... 699
38.1 Funções ... 699
38.2 Substituição e sucessão do Presidente da República ... 700
38.3 Decretos e regulamentos ... 701
38.4 Presidente da República e Ministros ... 702
38.5 Funcionários públicos ... 703
38.6 Crimes praticados pelo Presidente da República ... 703
38.6.1 Crimes de responsabilidade ... 704
38.6.2 Crimes comuns ... 705
38.7 Crimes de responsabilidade dos Governadores dos Estados e do Distrito Federal ... 706
38.8 Crimes de responsabilidade dos Prefeitos ... 707
38.9 Quadro – Competências ... 707
38.10 Irresponsabilidade penal relativa ... 708

39. DO PODER JUDICIÁRIO ... 709
39.1 Estrutura ... 709
39.2 Disposições gerais ... 710
39.2.1 Garantias institucionais ... 710
39.2.2 Garantias dos magistrados ... 711
39.2.3 Vedações ... 712
39.2.4 Tempo de "atividade jurídica" para ingresso na magistratura ... 713
39.2.5 Órgão especial ... 714
39.2.6 Quinto constitucional ... 715
39.2.7 Cláusula da reserva de plenário (regra do *full bench*) ... 715
39.2.8 Juizados especiais ... 715
39.2.9 Justiça de paz ... 717
39.2.10 Precatório ... 717
39.2.10.1 Regime dos precatórios ... 720
39.2.10.2 Dispensa de precatório ... 722
39.2.10.3 Sequestro da quantia devida ... 724
39.2.10.4 Intervenção federal e estadual ... 725
39.2.10.5 Possibilidade de compensação ... 725
39.3 Conselho Nacional de Justiça ... 726
39.4 Supremo Tribunal Federal ... 727
39.4.1 Competências ... 728
39.4.1.1 Proteção constitucional ... 728
39.4.1.2 Crimes comuns e de responsabilidade ... 728
39.4.1.3 Tutela das liberdades constitucionais ... 730
39.4.1.4 Litígios e conflitos ... 731
39.4.1.5 Outras competências ... 732
39.4.2 Recurso extraordinário ... 733
39.4.2.1 Pressupostos de admissibilidade ... 735
39.4.2.2 Hipóteses de cabimento ... 736

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

39.4.2.3 Repercussão geral 738
39.4.3 Súmula vinculante 740
39.4.3.1 Natureza 742
39.4.3.2 Pressupostos constitucionais 743
39.4.3.3 Requisitos constitucionais 744
39.4.3.4 Extensão dos efeitos 745
39.4.3.5 Quadro – Súmula vinculante 747
39.4.4 Reclamação constitucional 748
39.5 Superior Tribunal de Justiça 750
39.5.1 Competências 750
39.5.1.1 Proteção do ordenamento jurídico federal 751
39.5.1.2 Crimes comuns e de responsabilidade 752
39.5.1.3 Tutela das liberdades constitucionais 753
39.5.1.4 Litígios e conflitos 753
39.5.1.5 Outras competências 754
39.6 Tribunais regionais federais e juízes federais 754
39.6.1 Composição 755
39.6.2 Competência 756
39.6.2.1 Litígios e conflitos 756
39.6.2.2 Competência criminal 756
39.6.2.3 Tutela das liberdades constitucionais e direitos humanos 757
39.6.2.4 Outras competências 758
39.6.3 Foro das causas de interesse da União 759
39.7 Tribunais e juízes do trabalho 759
39.7.1 Composição 760
39.7.2 Competência 761
39.7.2.1 Competência dos Tribunais do Trabalho 763
39.8 Tribunais e juízes eleitorais 763
39.8.1 Estrutura e composição 764
39.8.2 Competência 765
39.9 Tribunais e juízes militares 766
39.9.1 Estrutura e composição 766
39.9.2 Justiça Militar da União 766
39.10 Tribunais de justiça e juízes estaduais 767
39.10.1 Justiça Militar estadual 768
Questões – Título VI – Organização dos poderes 769
Gabarito 777

TÍTULO VII
FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

40. DO MINISTÉRIO PÚBLICO 781
40.1 Definição constitucional 781
40.2 Natureza jurídica 782
40.3 Princípios institucionais 783
40.3.1 Princípio da unidade 783
40.3.2 Princípio da indivisibilidade 784
40.3.3 Princípio da independência funcional 784
40.3.4 Princípio do promotor natural 785
40.4 Estrutura orgânica 787

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

40.4.1 Ministério Público junto ao Tribunal de Contas 787
40.4.2 Conselho Nacional do Ministério Público 788
40.5 Procurador-Geral da República 789
40.6 Procurador-Geral de Justiça 790
40.7 Funções institucionais 791
40.7.1 Ação penal pública 791
40.7.1.1 Poder de investigação criminal 792
40.7.2 Inquérito civil e ação civil pública 793
40.7.3 Controle de constitucionalidade 795
40.7.4 Controle externo da atividade policial 796
40.7.5 Outras funções 797
40.8 Ingresso na carreira 798
40.9 Garantias atribuídas aos membros 799
40.9.1 Vitaliciedade 799
40.9.2 Inamovibilidade 800
40.9.3 Irredutibilidade de subsídio 800
40.10 Vedações 800

41. DA ADVOCACIA PÚBLICA 805
41.1 Introdução 805
41.2 Regime funcional 806
41.3 Da advocacia-geral da união 807
41.4 Do advogado-geral da união 810
41.5 Procuradores dos estados e do distrito federal 811
41.5.1 Regime jurídico 812

42. DA ADVOCACIA E DA DEFENSORIA PÚBLICA 813
42.1 Da advocacia 813
42.1.1 Princípio da indispensabilidade do advogado 814
42.1.2 Princípio da inviolabilidade do advogado 815
42.1.3 Prisão cautelar 815
42.1.4 Estatuto da advocacia 815
42.2 Da defensoria pública 817
42.2.1 Normas gerais de organização das Defensorias Públicas 819
42.2.2 Vedação do exercício da advocacia privada 820
Questões – Título VII – Funções essenciais à justiça 822
Gabarito 824

TÍTULO VIII
DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

43. DO ESTADO DE DEFESA E DO ESTADO DE SÍTIO 827
43.1 Introdução 827
43.2 Estado de defesa 828
43.2.1 Pressupostos 828
43.2.2 Controles 829

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

43.3 Estado de sítio 829
43.3.1 Pressupostos 830
43.3.2 Controles 831
43.3.3 Medidas a serem tomadas 831
43.3.4 Prazo de duração 832

44. DAS FORÇAS ARMADAS 833
44.1 Definição constitucional 833
44.2 Punições disciplinares 833
44.3 Regime jurídico 834
44.4 Serviço militar obrigatório 835

45. DA SEGURANÇA PÚBLICA 837
45.1 Finalidade 837
45.2 Polícia ostensiva 837
45.3 Polícia judiciária 838
Questões – Título VIII – Defesa do Estado e das instituições democráticas 840
Gabarito 842

TÍTULO IX
DA ORDEM SOCIAL

46. DA SEGURIDADE SOCIAL 845
46.1 Disposições gerais 845
46.2 Objetivos 846
46.3 Financiamento 849
46.4 Da saúde 852
46.5 Da previdência social 858
46.6 Da assistência social 861

47. DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO 865
47.1 Da educação 865
47.2 Da cultura 868
47.3 Do desporto 870

48. DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO 873
48.1 Da família 873
48.2 Da criança, do adolescente e do jovem 877
48.3 Do idoso 878

49. TEMÁTICA ESPECÍFICA 881
49.1 Da ciência e tecnologia 881
49.2 Da comunicação social 882
49.3 Do meio ambiente 884
49.4 Dos índios 886
Questões – Título IX – Da ordem social 890
Gabarito 891

BIBLIOGRAFIA 893

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 915

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br